Inadmissível a retroatividade do gozo à data do protocolo do pedido. 3. As saídas internas de gado bovino, destinado ao abate em estabelecimentos que não possuam controle de abate por meio de contadores eletrônicos, estão sujeitas a uma carga tributária equivalente a 3%. 4. Deixar de recolher o imposto por ter se apropriado indevidamente de crédito presumido constitui infração à legislação tributária e sujeita o contribuinte às penalidades legalmente previstas. 5. Recurso conhecido e parcialmente provido. DECISÃO: UNÂNIME. JULGADO NA SESSÃO DO DIA: 30/08/2022. DATA DO ACÓRDÃO: 30/08/2022.

ACÓRDÃO N.8474- 2ª. CPJ. RECURSO N. 19820 - VOLUNTÁRIO (PROCESSO/AINF N.: 372020510000440-3).

ACÓRDÃO N.8473- 2ª. CPJ. RECURSO N. 19818 - VOLUNTÁRIO (PROCESSO/AINF N.: 372020510000582-5).

ACÓRDÃO N.8472- 2ª. CPJ. RECURSO N. 19816 - VOLUNTÁRIO (PROCESSO/AINF N.: 372020510000446-2).

CONSELHEIRO RELATOR: EMILIO CARLOS VIEIRA DE BARROS. EMENTA: ICMS. DIFERENCIAL DE ALÍQUOTAS. APREENSÃO DE MERCADORIAS. ATIVO NÃO REGULAR. INCONSTITUCIONALIDADE DA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA. 1. O julgador singular tem limitada sua atuação ao exame e deliberação dos pontos essenciais ao deslinde da matéria posta em discussão, sendo prescindível tratar de questões legalmente vedadas ou que não influem na solução do litígio. 2. Não compete aos Órgãos de Julgamento a apreciação de questionamentos relativos à validade da legislação tributária. 3. A lavratura do Termo de Apreensão não é procedimento de exigência do crédito tributário, constituindo-se certificação do meio de prova da ocorrência de irregularidade. 4. O enquadramento como ativo não regular impõe prazo especial para recolhimento do ICMS na entrada em território do Estado, sendo regular sua fixação quando determinada na forma da legislação tributária estadual. 5. Deixar de recolher ICMS, de forma antecipada em virtude da situação fiscal de ativo não regular, relativo à operação com mercadoria oriunda de outra unidade da federação, destinada ao uso/consumo à integração ao ativo permanente do estabelecimento, constitui infração tributária sujeita à penalidade legalmente prevista, independente do recolhimento do imposto devido. 6. Recurso conhecido e improvido DECISÃO: UNÂNIME. JULGADO NA SESSÃO DO DIA: 26/08/2022. DATA DO ACÓRDÃO: 26/08/2022.

ACÓRDÃO N.8471- 2ª. CPJ. RECURSO N. 19692 - VOLUNTÁRIO (PROCESSO/AINF N.: 812020510000725-0). CONSELHEIRO RELATOR: JOSE EDUARDO DA SILVA. EMENTA: ICMS. ANTECIPAÇÃO SAÍDAS. INOCORRÊNCIA DA INFRAÇÃO. IMPROCEDÊNCIA. 1. Comprovado que o contribuinte, na forma do Art. 150 do Anexo I do RICMS-PA, aprovado pelo Decreto nº 4.676/2001, não estava sujeito a Antecipação de ICMS na saída de mercadorias interestadual, resta comprovado a inocorrência da infração narrada no lançamento tributário, devendo ser reformada a decisão que havia mantido a cobrança. 2. Recurso conhecido e provido. DECISÃO: UNÂNIME. JULGADO NA SESSÃO DO DIA: 26/08/2022. DATA DO ACÓRDÃO: 26/08/2022.

ACÓRDÃO N. 8470 - 2ª CPJ. RECURSO Nº 19544 - VOLUNTÁRIO (AINF N. 022018510006843-1). CONSELHEIRO RELATOR: JOSÉ EDUARDO DA SILVA. EMENTA: ICMS. EMISSÃO DE DOCUMENTO FISCAL RELATIVO À OPERAÇÃO TRIBUTADA COMO NÃO TRIBUTADA. PRELIMINAR REJEITADA. PROCEDÊNCIA. 1. Não há que se falar em nulidade do AINF quando sua lavratura não se enquadra em nenhuma hipótese prevista no Art. 71 da Lei nº 6.182/98. Preliminar negada. Decisão unânime. 2. Emitir documento fiscal relativo à operação tributada como não tributada configura infração à legislação tributária e sujeita o contribuinte às penalidades legais. 3. Recurso conhecido e improvido. DECISÃO: UNÂNIME. JULGADO NA SESSÃO DO DIA: 25/08/2022. DATA DO ACÓRDÃO: 26/08/2022.

ACÓRDÃO N. 8469 - 2ª CPJ. RECURSO Nº 19542 - DE OFÍCIO (AINF N. 022018510006843-1). CONSELHEIRO RELATOR: JOSÉ EDUARDO DA SILVA. EMENTA: ICMS. EMISSÃO DE DOCUMENTO FISCAL RELATIVO À OPERAÇÃO TRIBUTADA COMO NÃO TRIBUTADA. EXCLUSÃO PARCIAL DE CRÉDITO. 1. Deve ser excluído a parcela do crédito tributário exigido no AINF, quando após diligência fica comprovado a sua inexistência. 2. Correta a decisão singular que acata a redução do valor do crédito tributário para atender a legislação na sua plenitude. 3. Recurso conhecido e improvido. DECISÃO: UNÂNIME. JULGADO NA SESSÃO DO DIA: 25/08/2022. DATA DO ACÓRDÃO: 26/08/2022.

Protocolo: 862628

ITEM	DESCRIÇÃO	EMPRESA	VALOR ESTIMADO	VALOR A SER CONTRATADO
01	Prestação de serviços consultoria e assessoria para a CMN 4.966/2021, conforme especificações descritas nos termos deste Edital e seus Anexos.	FBM GESTÃO E PROCESSOS LTDA (CNPJ 19.121.793/0001-25)	R\$ 1.990.166,67	R\$ 1.989.999,72

Soraya Rodrigues Pregoira

Protocolo: 862773

SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE PÚBLICA

SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE PÚBLICA - 3ª REGIONAL

DIÁRIA

PORTARIA Nº 1169 DE DIÁRIAS DE 07/10/2022

Lei Ordinária nº 5.810, de 24 de janeiro de 1994. Decreto Estadual nº 734, de 07 de abril de 1992.

Objetivo : Conduzir os servidores que irão realizar avaliação e monitoramento das ações das Visas Municipais voltadas a alimentos.

Destino: Curuçá - Pa | Período: 13 e 14/10/2022

Servidor: Waldocelys Pereira Manos Moraes | Cargo: Motorista | CPF-410.549.542-91 | mat. 57206406-1

Ordenador: Mário Moraes Chermont Filho

Protocolo: 862395

PORTARIAS Nº 1167 E 1168 DE DIÁRIAS DE 07/10/2022

Lei Ordinária nº 5.810, de 24 de janeiro de 1994. Decreto Estadual nº 734, de 07 de abril de 1992.

Objetivo : Realizar avaliação e monitoramento das ações das Visas Municipais voltadas a alimentos.

Origem: Castanhal -Pará

Destinos: Curuçá - PA | Período: 13 e 14/10/2022

Terra Alta -Pa | Período: 19/10/2022

Servidor: Antônio Ozemir Fialho Silva | Cargo: Medico Veterinário | CPF-448.843.382-00 | mat: 57194899-1.

Ordenador: Mário Moraes Chermont Filho

Protocolo: 862396

PORTARIA Nº 1170 DE DIÁRIAS DE 07/10/2022

Lei Ordinária nº 5.810, de 24 de janeiro de 1994. Decreto Estadual nº 734, de 07 de abril de 1992.

Objetivo : Conduzir os servidores que irão realizar avaliação e monitoramento das ações das Visas Municipais voltadas a alimentos.

Destino: Terra Alta - Pa | Período: 18 e 19/10/2022

Servidor: José Raimundo Holanda de Melo Costa | Cargo: Motorista | CPF-134.588.842-20 | mat. 721220-1.

Ordenador: Mário Moraes Chermont Filho

Protocolo: 862398

PORTARIAS Nº 1165 E 1166 DE DIÁRIAS DE 07/10/2022

Lei Ordinária nº 5.810, de 24 de janeiro de 1994. Decreto Estadual nº 734, de 07 de abril de 1992.

Objetivo : Realizar avaliação e monitoramento das ações das Visas Municipais voltadas a alimentos.

Origem: Castanhal -Pará

Destinos: Curuçá - PA | Período: 13 e 14/10/2022

Terra Alta -Pa | Período: 18 e 19/10/2022

Servidores: José Moacir Modesto dos Reis | Cargo: Fiscal Sanitário | CPF-108.111.172-00 | mat: 106810-1

Henrique Ferreira da Silva Junior | Cargo: Fiscal Sanitário | CPF: 594.309.072-04 | Mat: 5903315.

Ordenador: Mário Moraes Chermont Filho

Protocolo: 862389

BANCO DO ESTADO DO PARÁ

AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 015/2022

O BANPARÁ S/A comunica o Resultado Final, Adjudicação e Homologação da Licitação em epígrafe, oriunda da Lei nº 13.303/2016, cujo objeto é a contratação de serviço de consultoria e assessoria no desenvolvimento do plano de implementação dos modelos e adequação das sistemáticas que serão utilizadas pelo BANPARÁ para atendimento aos requisitos do regulamento do Banco Central na Resolução CMN nº 4.966/21 baseada na IFRS 9 - Instrumentos Financeiros, emitida pelo International Accounting Standards Board - IASB e, bem como na execução do referido plano, conforme condições estabelecidas no edital: